



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66968 - MG (2021/0230642-8)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**RECORRENTE** : LORENA NICOLATO FERREIRA  
**RECORRENTE** : RAFAEL DE ARAUJO VIEIRA  
**RECORRENTE** : VICTORIO ANDRE FRANCO ABRITTA  
**RECORRENTE** : PAULO ROBERTO SILVA  
**ADVOGADOS** : VICTORIO ANDRE FRANCO ABRITTA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG097993  
RAFAEL DE ARAUJO VIEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG115828  
LORENA NICOLATO FERREIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG157152  
**RECORRIDO** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PROCURADOR** : RENATA COUTO SILVA DE FARIA - MG083743

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar interposto por LORENA NICOLATO FERREIRA, RAFAEL DE ARAUJO VIEIRA, VICTORIO ANDRE FRANCO ABRITTA e PAULO ROBERTO SILVA, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, que denegou a segurança, nos termos da seguinte ementa:

*MANDADO DE SEGURANÇA – CRIME DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO – RESPOSTA DO ACUSADO – PRAZO–DILATAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – INVIALIDADE.*

*- Tratando-se de crime de responsabilidade de funcionário público, mesmo quando volumosos os autos, comprovado que ao acusado foi concedido o dobro do prazo previsto no art. 514 do CPP, não resta configurada violação ao direito de defesa.*

*- O art. 28-A do CPP dispõe que o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante o ajuste de certas condições, não constituindo o acordo um direito subjetivo do acusado.*

Os recorrentes insurgem-se contra o indeferimento de dilação do prazo para a apresentação da defesa preliminar do acusado. Nesse sentido, defendem que a concessão de 90 dias para análise do complexo e volumoso acervo probatório seria condizente com o princípio da razoabilidade e da paridade de armas.

No que concerne ao acordo de não persecução penal (ANPP), não oferecido pelo Ministério Público, salientam que o cumprimento do disposto no art. 28-A, § 14, do CPP constitui direito líquido e certo do investigado, mormente quando demonstrada expressa requisição nesse sentido.

Acrescentam que o reexame da decisão de não oferecimento do "ANPP",

pelo Órgão Superior do Ministério Público, não se confunde com a discricionariedade da instância inferior em não propor o acordo, por não vislumbrar o atendimento aos requisitos legais.

Ao fim, defendem o afastamento da multa estabelecida no art. 265 do CPP, porquanto não restou configurado qualquer abandono de causa por parte dos patronos do investigado.

Requer, liminarmente, a suspensão da decisão impugnada e dos respectivos prazos processuais, e, no mérito, seja concedida a segurança a fim de que seja: (i) deferido o prazo de 90 dias para o oferecimento da defesa preliminar do acusado; (ii) determinada a remessa dos autos ao Órgão Superior do Ministério Público, em obediência ao disposto no art. 28-A, § 14, do CPP; (iii) revogada a aplicação da penalidade estabelecida no art. 265 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em recurso em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Na espécie, os recorrentes afirmam a existência de *periculum in mora* nos seguintes termos (e-STJ fls. 211/212):

*E, a incidência do periculum in mora também está presente, tendo em vista que, caso a decisão que denegou a segurança do mandamus impetrado continue surtindo efeitos, os Recorrentes sofrerão danos, haja vista a necessidade de suspensão dos prazos em face do investigado e seus patronos, todos Recorrentes, até decisão definitiva no presente RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.*

*Observa-se que a não concessão da medida antecipatória pleiteada, por consequência irá compelir os Recorrentes a apresentar DEFESA PRELIMINAR sem obter acesso a todas as provas dos autos, podendo o Recorrente/Paulo Roberto ser prejudicado, inclusive, pelo fato dos autos de inquérito não terem sido encaminhados ao Órgão Superior do Ministério Público, oportunidade em que poderia ser apresentado ANPP (Acordo de Não Persecução Penal).*

Da leitura do excerto supra, vê-se que não há a indicação precisa acerca de possível perecimento de direito que justifique a concessão da medida liminar.

Ademais, e diferentemente do afirmado pelos próprios recorrentes nas razões recursais, o Tribunal de origem deixou claro que houve a devida restituição do prazo para a apresentação de defesa prévia, sendo este fixado, inclusive, no dobro do tempo estipulado no art. 514 do Código de Processo Penal.

É o que se denota do seguinte excerto do acórdão impugnado (e-STJ fls. 173/174):

*Em análise ao caso, inexistem elementos que comprovem, de forma clara e incontestável, arbitrariedade na conduta do impetrado.*

*Em relação ao pedido de aumento do prazo para a apresentação de defesa prévia do impetrante Paulo Roberto Silva, as informações prestadas pelo impetrado (seq. 22) mostram que foi concedido tanto*

*à defesa quanto aos demais denunciados o prazo de 30 (trinta) dias, ou seja, o dobro do prazo legal estabelecido no art. 514 do Código de Processo Penal. À luz da lei, inexiste amparo para a concessão de mais 90 (noventa) dias, como solicitado, sob pena de prejudicar o regular andamento do processo.*

*Em suas argumentações na inicial do processo, os impetrantes alegam que não foi devidamente oportunizado o acesso dos advogados aos autos, sendo que a documentação acostada em sequência não demonstra a oposição de obstáculos, pelo impetrado, ao exercício a ampla defesa do acusado.*

*Verificando o teor da certidão juntado ao presente feito, datada em 08.05.2021, atesta que “o Dr. Victório André Franco Abritta, OABMG 97933, DD. Advogado do Impetrante teve ciência da decisão 613/614, que indeferiu os pedidos defensivos e restituiu o prazo para apresentação de defesa prévia, sob pena de abandono processual, no dia 22.04.2021, oportunidade em que fez carga dos autos, conforme fls. 614 verso.” (seq. 28).*

*Portanto o magistrado a quo agiu dentro dos ditames da lei, oportunizando ainda, o prazo em dobro para oferecimento da peça atacada.*

Com efeito, as informações constantes do acórdão, ao menos em juízo perfunctório, comprometem a plausibilidade do direito invocado.

Aliás, cabe destacar que, no presente caso, o pedido de liminar confunde-se com o próprio mérito do recurso, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência